

## BOLETIM ESTATÍSTICO DO EMPREGO PÚBLICO N.º 23/2022

Data de publicação: 16 dezembro 2022

### Nota introdutória:

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a DGAEP divulga dados e indicadores estatísticos sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, recolhidos pelo Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE).

A informação disponibilizada neste número atualiza os valores divulgados no BOEP N.º 22 e é complementar à divulgada na Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP) 3.º trimestre de 2022. Esta edição visa colocar em destaque, do conjunto de dados sobre emprego entretanto recolhidos, referentes ao 1º semestre de 2022, as tendências mais atuais de alguns dos principais indicadores estatísticos.

A informação estatística mais detalhada é apresentada em [ficheiros Excel](#).

### Indicadores em destaque:

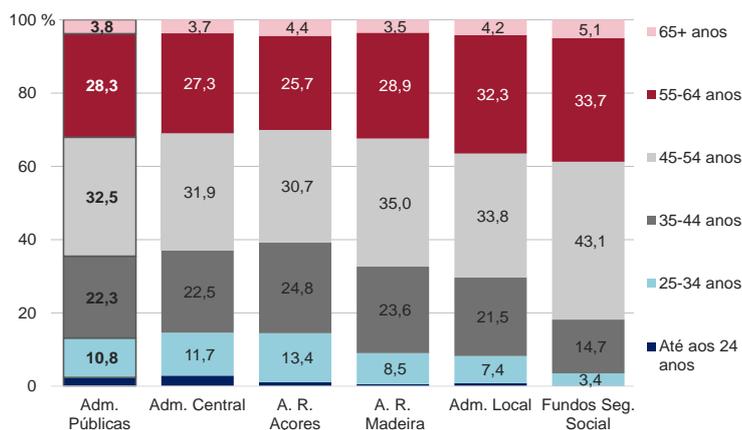
- » Estrutura etária nas administrações públicas
- » Nível de escolaridade nas administrações públicas
- » Trabalhadores com deficiência nas administrações públicas
- » Prestações de serviços na administração direta e indireta do Estado
- » Estrutura etária e de escolaridade nas empresas públicas e outras entidades do setor público

Poderá consultar mais informação estatística sobre o tema em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt).

## I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

### I.1. Principais indicadores etários nas administrações públicas

Gráfico 1 – Estrutura etária por subsetor, 30 jun 2022



Em 30 de junho de 2022, 64,5% dos 741 127 postos de trabalho das administrações públicas correspondiam a trabalhadores com 45 e mais anos.

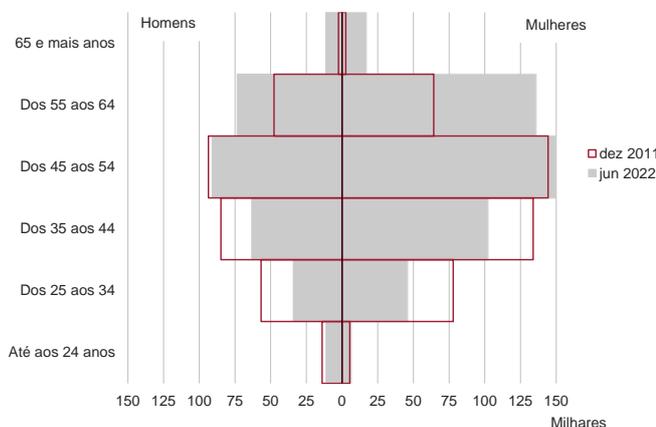
A análise da estrutura etária por subsector revela o emprego menos envelhecido na administração regional dos Açores (39,3% dos trabalhadores tinham menos de 45 anos), enquanto na administração local e nos fundos da segurança social tinham maior importância os escalões etários com 45 e mais anos (Gráfico 1).

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Quando comparada com o início da série (dezembro de 2011), a base da pirâmide etária (que corresponde aos trabalhadores mais jovens) tornou-se mais estreita e o topo mais largo, com o aumento do número de trabalhadores em idades mais avançadas, particularmente mulheres entre os 55 e os 64 anos.

Entre dezembro de 2011 e junho de 2022 verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores em todos os escalões etários abaixo de 45 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Pirâmide etária do emprego, 31 dez 2011 e 30 jun 2022



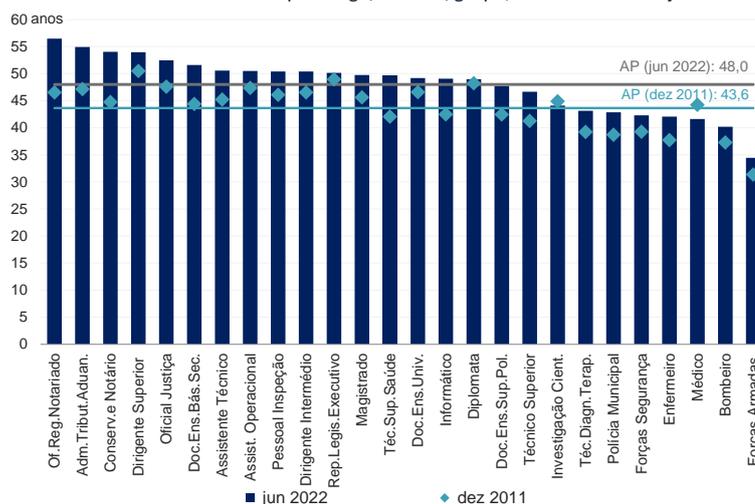
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Entre dezembro de 2011 e junho de 2022 a idade média dos trabalhadores da AP aumentou 4,4 anos (de 43,6 anos de idade em 2011 para 48,0 anos em 2022).

A idade média estimada aumentou em todas as carreiras, com exceção das carreiras médica e de investigação científica.

Em junho de 2022, as carreiras de oficial dos registos e notariado e administração tributária e aduaneira apresentavam as idades médias mais elevadas (56,5 e 54,9 anos, respetivamente), enquanto as carreiras das forças armadas (34,5 anos), de bombeiro (40,2 anos) e médica (41,6 anos) detinham as idades médias mais baixas (Gráfico 3).

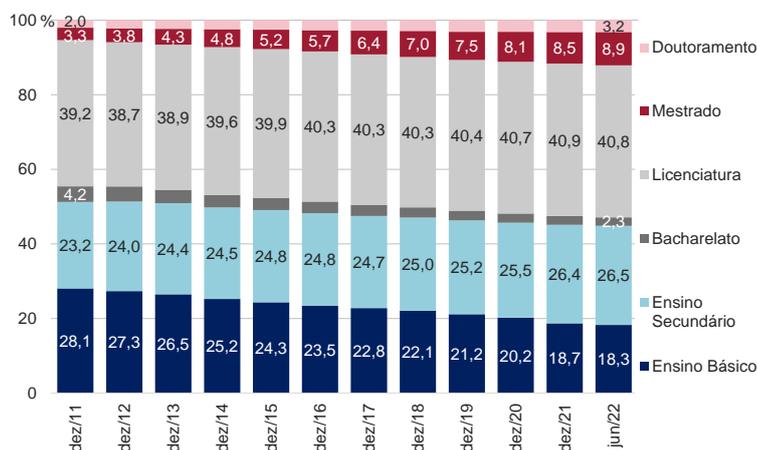
Gráfico 3 – Idade média estimada por cargo/carreira/grupo, 31 dez 2011 e 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

## 1.2. Nível de escolaridade nas administrações públicas

Gráfico 4 – Evolução do nível de escolaridade, 31 dez 2011 a 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

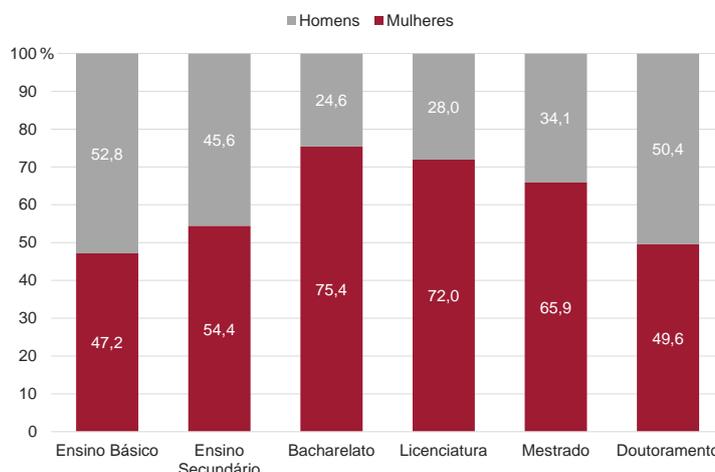
Em junho de 2022, mais de metade dos trabalhadores da AP detinham habilitações ao nível do ensino superior, enquanto 26,5% detinham o ensino secundário e 18,3% apenas o ensino básico. Cerca de 12,1% possuíam um nível de escolaridade superior a licenciatura (8,9% com mestrado e 3,2% com doutoramento).

Entre dezembro de 2011 e junho de 2022 aumentou o número de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, com exceção do ensino básico e do bacharelato, destacando-se o aumento do número de trabalhadores que possuem mestrado ou ensino secundário (Gráfico 4).

Em junho de 2022, o ensino básico e o doutoramento eram os únicos níveis de escolaridade com mais trabalhadores homens do que mulheres.

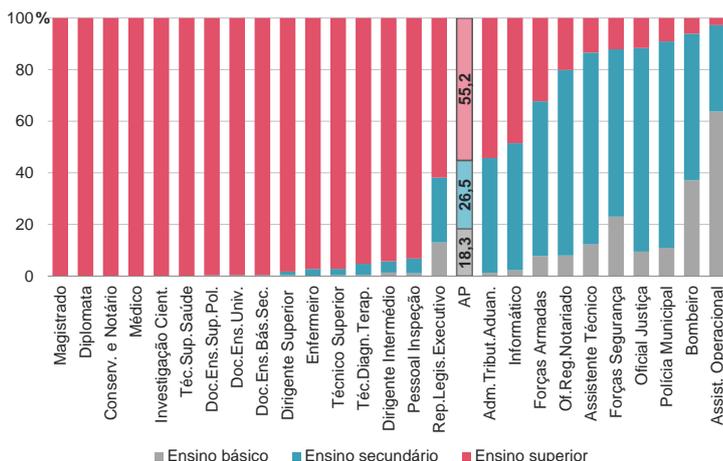
Destaca-se a elevada proporção de mulheres entre os trabalhadores com bacharelato ou com licenciatura (acima de 70%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Nível de escolaridade, por sexo, 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Gráfico 6 – Distribuição dos níveis de escolaridade no cargo/carreira/grupo, 30 jun 2022



Em junho de 2022, em mais de metade das carreiras a proporção de trabalhadores com ensino superior estava acima dos 90%, destacando-se os magistrados, diplomatas, conservadores e notários e médicos (100%).

Nas carreiras com maior representatividade no emprego da AP, salienta-se a de assistente operacional/operário/auxiliar, em que 63,8% dos trabalhadores detinham ensino básico, os educadores de infância e docentes de ensino básico e secundário, em que 99,6% possuíam ensino superior e os assistentes técnicos e administrativos em que o ensino secundário prevalecia (74,3%) (Gráfico 6).

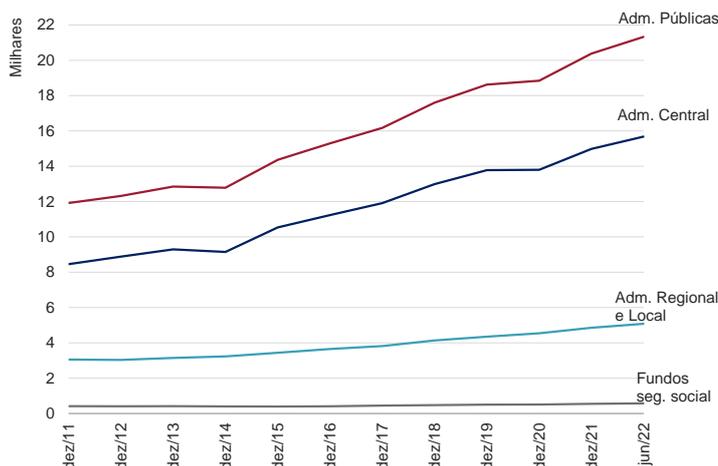
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

### 1.3. Trabalhadores com deficiência nas administrações públicas

No total da AP, entre dezembro de 2011 e junho de 2022, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60%) aumentou cerca de 79%, passando de 11 918 para 21 329.

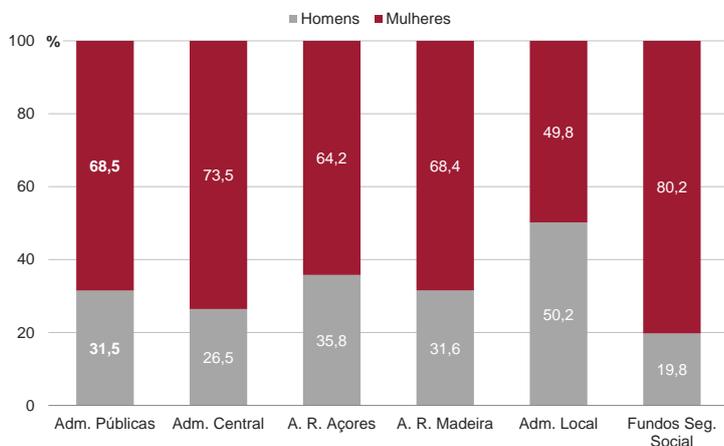
Neste período, o aumento do número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência verificou-se em todos os subsectores, destacando-se a administração central, em termos absolutos e percentuais (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector, 31 dez 2011 a 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Gráfico 8 – Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 30 jun 2022



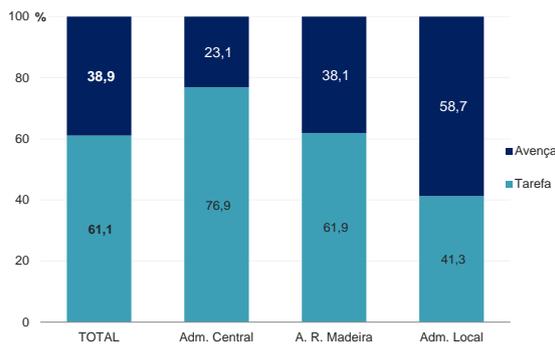
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Em junho de 2022, 68,5% dos trabalhadores da AP com deficiência eram mulheres.

A administração local era o único subsector em que os trabalhadores com deficiência eram maioritariamente homens (Gráfico 8).

## I.4. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

Gráfico 9 – Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1.º semestre 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

No 1.º semestre de 2022, 61,1% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de tarefa, sendo esta a modalidade mais expressiva na administração central e administração regional da Madeira.

Entre os contratos realizados pelas entidades do subsetor da administração local predominava a modalidade de avença (58,7% do total) (Gráfico 9).

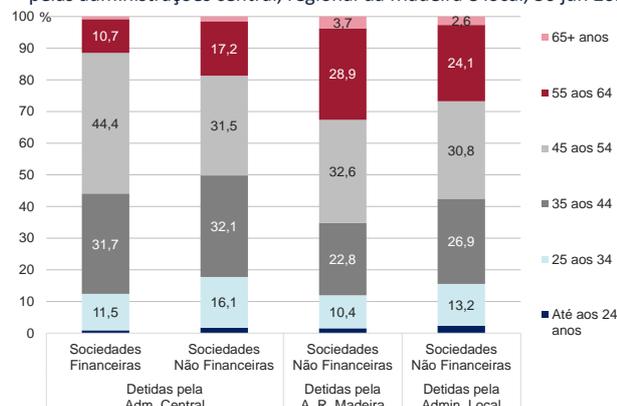
## II ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

### II.1. Emprego nas empresas públicas e demais entidades do setor público <sup>(1)</sup>

Em junho de 2022, 35,1% dos 30 572 trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central tinham entre 45 e 54 anos: 44,4% nas sociedades financeiras e 31,5% nas sociedades não financeiras públicas.

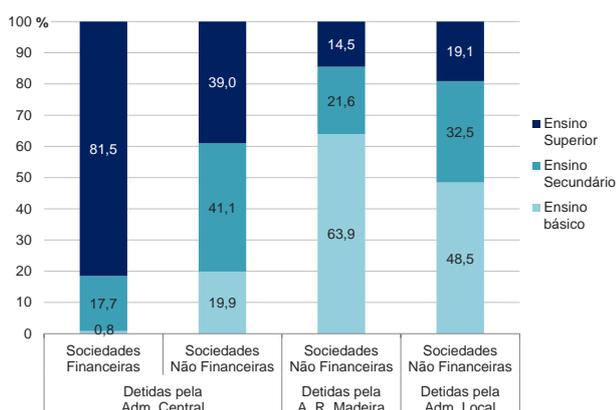
Entre os 20 961 trabalhadores das sociedades do setor público detidas pela administração local, 30,8% tinham entre 45 e 54 anos, seguindo-se o escalão etário entre os 35 e os 44 anos, em que se situavam 26,9% dos trabalhadores (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional da Madeira e local, 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Gráfico 11 – Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 30 jun 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 23-10-2022)

Em junho de 2022, 50,9% dos trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central tinham habilitações ao nível do ensino superior, sendo este indicador mais elevado nas sociedades financeiras (81,5%) do que no conjunto das sociedades não financeiras (39%).

Nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira e pela administração local o ensino básico era o nível de escolaridade predominante, correspondendo, respetivamente, a 63,9% e 48,5% dos trabalhadores (Gráfico 11).

#### NOTAS TÉCNICAS | UNIVERSO E FONTES

O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, e reformulado e ampliado pela Lei n.º 104/2019 de 6 de setembro, tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constatam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o setor das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em setembro de 2022, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsetores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na [SIEP 3.º trimestre 2022](#) e respetivo [ficheiro Excel](#).

Ver também [Glossário de Termos Estatísticos](#) e [Documento Metodológico em: Metodologias, conceitos e nomenclaturas](#).

(1) As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.